

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBSTITUTIVO DO SENADO FEDERAL AO PROJETO DE LEI Nº 1.077, DE 2003

Dispõe sobre conteúdos curriculares da formação do Pedagogo para atuar junto a estudantes com restrição de locomoção.

Autor: Deputado GASTÃO VIEIRA

Relatora: Deputada LUISA CANZIANI

I - RELATÓRIO

Vem à análise da Comissão de Educação (CE), o Projeto de Lei nº 1.077, de 2003, de autoria do nobre Deputado Gastão Vieira.

A proposição dispõe sobre os conteúdos curriculares da formação do Pedagogo para atuar junto a estudantes com restrição de locomoção.

Em 24 de setembro de 2003, nesta Comissão de Educação, parecer favorável à matéria proferido pela Relatora, Deputada Neyde Aparecida, foi aprovado. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, o PL em análise obteve parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa proferido pelo Relator, Deputado João Campos, aprovado em 12 de abril de 2011.

Com fundamento no art. 65 da Constituição Federal, o PL foi remetido ao Senado Federal para revisão e, aprovado na Casa Revisora, na forma de Substitutivo, retorna a esta Câmara dos Deputados para análise acerca da emenda substitutiva.

Para exame do Substitutivo do Senado Federal, a proposição foi distribuída a esta Comissão de Educação, para avaliação de mérito, e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, para exame de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.



O projeto tramita em regime ordinário (art. 151, III, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados – RICD) e está sujeito à apreciação do Plenário (Art. 24, II, f – RICD).

É o Relatório.

II - VOTO DA RELATORA

De autoria do nobre Deputado Gastão Vieira, o Projeto de Lei nº 1.077, de 2003, “dispõe sobre conteúdos curriculares da formação do Pedagogo para atuar junto a estudantes com restrição de locomoção”.

Na Câmara dos Deputados, em legislaturas anteriores, a matéria em exame foi aprovada nesta Comissão de Educação e na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Com fundamento no art. 65 da Constituição Federal, o PL foi remetido ao Senado Federal para revisão e, haja vista a aprovação na forma de Substitutivo naquela Casa, volta à análise da Câmara dos Deputados para manifestação acerca do Substitutivo.

A redação original do PL dispunha que “os currículos dos cursos de Pedagogia deverão promover opções de desenvolvimento de conhecimentos e competências para atuação junto a estudantes em situações de restrição de locomoção”. A preocupação externada pelo nobre autor é meritória, porém, ante o decurso de quase 20 (vinte) anos após a inicial, inovações legislativas posteriores evidenciam que a matéria deve ser aprimorada.

O PL contempla inicialmente duas situações de restrição de locomoção:

1. estudantes hospitalizados; e
2. adolescentes internados para o cumprimento de medidas socioeducativas.

Em relação à primeira, cabe destacar o acréscimo do art. 4º-A na LDB (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), por meio da Lei nº 13.716, de 24 de setembro de 2018¹, que assegura atendimento educacional ao aluno

¹ Oriunda do PL nº 4415, de 2012, de autoria do Dep. Roberto de Lucena.



da educação básica internado para tratamento de saúde em regime hospitalar ou domiciliar por tempo prolongado, de acordo com regulamento do respectivo sistema de ensino.

Por sua vez, em relação à segunda situação, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990) determina o direito dos adolescentes em regime de privação de liberdade – em cumprimento de medidas socioeducativas – à escolarização e à profissionalização (art. 124, inciso XI), bem como a obrigação de sua oferta pelas entidades que desenvolvem programas de internação (art. 94, inciso X).

O Substitutivo aprovado no Plenário do Senado Federal contempla as duas hipóteses previstas pelo autor e avança, ao incluir nova situação de restrição de locomoção: os condenados ao cumprimento de pena privativa de liberdade, que têm a garantia de assistência educacional, por meio do art. 11, IV, da Lei de Execução Penal (LEP - Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984).

Adicionalmente, o Senado aprimorou a redação original, ao ampliar o público-alvo da qualificação profissional, estendendo-a a todos os profissionais do magistério, e não somente àqueles graduados em Pedagogia, e contemplando os demais profissionais da educação, na forma do art. 64 da LDB.

Ante o exposto, por considerarmos que o Senado Federal aprimorou a redação original da matéria, **votamos pela aprovação do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 1.077, de 2003.**

Sala da Comissão, em de de 2023.

Deputada LUISA CANZIANI
Relatora

